

# Herói ou traidor?

## Os biógrafos de Dámaso Larrañaga frente à ideia de nação<sup>1</sup>

Lauro Manzoni Bidinoto<sup>2</sup>

### Resumo

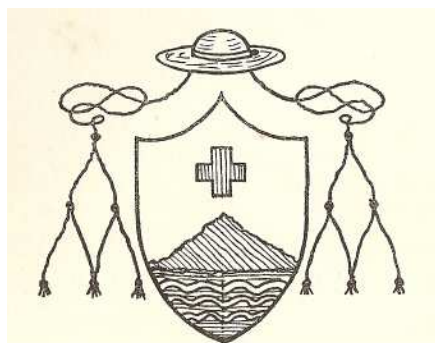
Neste artigo procurei analisar de que forma as duas principais biografias de Dámaso Antonio Larrañaga (1771-1848) foram influenciadas pela tese equivocada de que a “nação uruguaia” estaria prefigurada desde os primeiros movimentos revolucionários (ou antes deles). No caso da biografia escrita por Rafael Algorta Camusso, Dámaso Antonio Larrañaga: apuntes para su biografia (1922), pude constatar a filiação do autor a esta ideia, uma vez que as atitudes do personagem são “julgadas” a partir de seu comportamento para com a suposta “nação uruguaia”. Já em Dámaso Antonio Larrañaga: su vida y su época, de Edmundo Favaro (1950), ainda que o autor situe o nascimento da nação em momento um pouco posterior, há passagens que denotam certa reprovação ao personagem pelo fato de ele ter apoiado alternativas que diferiam daquela que posteriormente triunfaria, o Uruguai independente.

**Palavras-chave:** Nação; Uruguai; Biografia; Dámaso Antonio Larrañaga.

### Abstract

The purpose of this article is to analyze in which way the two main biographies of Dámaso Antonio Larranaga (1771-1848) were influenced by the mistaken thesis that the “Uruguayan Nation” were foreshadowed since the very first revolutionary movements (or before them). In the case of the biography written by Rafael Algorta Camusso, Dámaso Antonio Larranaga: apuntes para su biografia (1922) I could perceive the filiation of the author to this idea, in the way that the attitudes of the character were “judged” from his behavior in relation to the supposed “Uruguayan Nation”. Since Dámaso Antonio Larrañaga: su vida y su época written by Edmundo Favaro (1950), inspite that the author places the beginning of the nation in a moment a little later, there are some text extracts that denote a certain kind of disapproval in relation to the character as a result of his support to some alternatives that differ from the ones that later would triumph, the independent Uruguay.

**Key-Words:** Nation; Uruguay; Biography; Dámaso Antonio Larranaga.



(Brasão do Vigário Apostólico do Uruguai, Dámaso Antonio Larrañaga)<sup>3</sup>

Em 1922, ao escrever sobre o brasão utilizado por Dámaso Antonio Larrañaga no período em que foi Vigário Apostólico do Uruguai (1832-1848), Rafael Algorta Camusso afirmou que o sacerdote compôs o seu escudo inserindo nele o que teriam

sido as grandes paixões de sua vida: "*Dios, representado por la cruz, y la Patria Uruguaya, cuyo símbolo es el Cerro*" (1922, p. 129). Tal afirmativa é questionável sob diversos aspectos, sendo um deles, por exemplo, considerar que entre as principais paixões de Larrañaga não estaria o estudo de História Natural, atividade com a qual ocupou boa parte de suas horas, conforme atestam os diários, desenhos, correspondências e demais anotações abundantes que deixou sobre o assunto.

No entanto, o aspecto que problematizarei neste artigo diz respeito ao emprego da expressão "*patria uruguaya*". Não se trata, todavia, de questionamento restrito ao uso feito por Camusso, mas, sim, de uma questão que remete às consequências da historiografia que a partir do final do século XIX e durante a maior parte do século XX tratou de sustentar a existência de uma "pátria", no sentido de "nação", uruguaia, desde o início da revolução na Banda Oriental (ou até mesmo antes dela). Historiografia esta que considerou os Estados hispano-americanos enquanto expressões de nacionalidades que, a partir das independências, "conquistaram existência autônoma como nações soberanas" (GUERRA, 1999/2000, p. 10), e, assim, caracterizou os personagens históricos em função de suas atitudes com relação à suposta "pátria". Enquanto alguns foram alçados ao panteão dos heróis, outros foram classificados como traidores, ou, então, condenados ao esquecimento.

Nas páginas que seguem, além da biografia escrita por Rafael Algorta Camusso, *El padre Dámaso Antonio Larrañaga: apuntes para su biografía* (1922), analisarei também o texto de Edmundo Favaro, *Dámaso Antonio Larrañaga: su vida y su época* (1950). Trata-se das duas principais biografias de Larrañaga, ambas escritas na primeira metade do século XX, no contexto em que predominou na historiografia uruguaia o comprometimento com a construção da nacionalidade. O livro de Camusso foi a primeira obra de maior vulto a ser publicada com o objetivo de biografar Larrañaga no século XX, e, neste sentido, traz muitas informações importantes. Já a biografia escrita por Favaro, destaca-se por apresentar maior rigor metodológico e cuidado na indicação das fontes, tornando-se, dessa forma, importante referencial de pesquisa.

Ainda que o objetivo das duas biografias não tenha sido o de abordar especificamente a questão da "nação", ela se faz presente ao longo dos textos, uma vez que, Camusso e Favaro, bem como os autores dos prólogos das obras, "julgam" certos comportamentos de Larrañaga tendo como base a "nação", a "pátria uruguaia". Minha preocupação neste artigo é a de analisar as duas biografias, procurando mostrar de que forma elas foram influenciadas pela tese equivocada de que a "nação" estaria prefigurada desde os primeiros movimentos revolucionários (ou antes deles). O artigo está dividido em três seções, sendo que a primeira faz uma breve abordagem a respeito da construção da nacionalidade no Uruguai, enquanto que as outras duas se referem especificamente a cada uma das biografias em análise.

## Sobre a construção na nacionalidade no Uruguai

De acordo com Anne Marie Thiesse (2001-2002, p. 7-23), do século XVIII ao final do século XIX constituiu-se na Europa o que ela denominou de “*check-list* identitária”, composta dos principais elementos a que passaram a almejar as nações em construção. Entre tais elementos figuram o folclore, a paisagem típica, a língua, os ancestrais fundadores, a história como criadora da identidade nacional, a galeria dos heróis, os monumentos culturais e históricos, assim como lugares de memória e uma série de identificações pitorescas, tais como animal emblemático e gastronomia. Ainda que cada um destes elementos apresente suas especificidades e possa ser moldado individualmente, todos remetem, direta ou indiretamente, à história e, conseqüentemente, àqueles que a escrevem, sejam historiadores de ofício ou não. Podemos incluir neste grupo pintores, escultores, escritores, poetas, entre outros artistas, que, ao construírem suas obras a partir de passagens da história, fornecem uma interpretação da mesma.

No caso da construção da nacionalidade uruguaia nas últimas três décadas do século XIX, a tarefa de “formalizar um projeto de nação, desenhar a *orientalidad*, moldando heróis, elegendo marcos e moldando a tradição” (SOUZA, 2008, p. 177), coube a uma geração que teve entre seus principais nomes o historiador Francisco Bauzá (1849-1899), o pintor Juan Manuel Blanes (1830-1901), o escritor Eduardo Acevedo Díaz (1851-1921) e o poeta Juan Zorrilla de San Martín (1855-1931). A fundação da nacionalidade uruguaia, levada a cabo pelo grupo do qual se destacaram tais expoentes, apresentou uma literatura e uma arte nas quais predominava o discurso histórico, enquanto que este, por sua vez, “se modelava de acordo com fórmulas retóricas e padrões literários” (SOUZA, 2008, p. 168).

Elaborar a ideia de um passado nacional legitimador do Estado uruguaio não foi tarefa simples. Assim como nos demais Estados surgidos na América Hispânica, elementos usuais ao apelo nas construções de nacionalidades, tais como língua, etnicidade e tradições, remetiam ao passado em comum com os Estados vizinhos, portanto, careciam da exclusividade requerida à afirmação nacional (PALTI, 2002, p. 132). Na ausência destes elementos, construiu-se a identidade uruguaia baseada na alteridade para com o Brasil e os brasileiros (SOUZA, 2008, p. 173). Logo, o episódio da “Cruzada Libertadora dos 33 orientais”, de 1825, foi escolhido como um dos momentos fundadores e, como um panteão de heróis não pode ser levantado com vultos anônimos, Juan Antonio Lavalleja foi proclamado na qualidade de chefe dos libertadores. No entanto, outro vulto histórico pedia passagem para adiante ser apontado como grande fundador da nacionalidade uruguaia: José Gervasio Artigas, chefe em armas na luta contra o domínio espanhol, em 1811, e na resistência aos portugueses até 1820.

A figura de Artigas, entretanto, não era bem vista entre aqueles que resgatavam a história do “Uruguai” no período anterior ao último quarto do século XIX. Ao contrário, Artigas encarnava o papel de vilão, anti-herói, tendo destacadas suas características opostas à “nação”: “... *anarquista, matrero y contrabandista, transgresor de leyes y costumbres*” (PIAZZA, 2006, p. 65). Na periodização estabelecida por Rial e Perelli<sup>4</sup> este foi o período da “*leyenda negra*”, sucedido por aquele conhecido como “*leyenda celeste*”, no qual Artigas desponta como herói nacional, o pai da nação e fundador das instituições republicanas. Esta imagem de Artigas, que predominaria no imaginário “nacional” até a década de 1960, foi moldada justamente a partir das últimas décadas do século XIX.

Todavia, num primeiro momento, a fundação assenta-se mais sobre a “Cruzada Libertadora”, como se pode perceber no quadro “*El Juramento de los treinta y tres*”, um dos mais representativos ícones fundacionais da nacionalidade uruguaia. O quadro foi apresentado ao público por Juan Manuel de Blanes e doado ao Estado em 1878, mas foi trabalhado entre 1865 e 1877, portanto, num momento em que Artigas ainda não havia sido completamente resgatado para o panteão dos heróis. Ainda que ele se encontre presente indiretamente na pintura, já que a figura central sustenta uma bandeira de tradição artiguista (branca, azul e vermelha), é Lavalleja que encarna a figura do herói, na zona mais iluminada da tela, seguido de Oribe e de outros 31 orientais, individualizados pelo pintor (SOUZA, 2008, p. 175).

Apenas três anos depois da entrega do quadro de Blanes ao Estado, foi apresentado um projeto para a construção de uma estátua equestre de Artigas, em 1881 (FREGA, 1995/1997, p. 126). Aprovado em 1883, com a abertura de uma convocatória para realização de concurso que escolheria o modelo e o escultor no ano seguinte, o projeto só alcançaria seu objetivo final com a inauguração do monumento em 28 de fevereiro de 1923, na Praça da Independência em Montevideu. Sobre a demora entre a proposta e a efetiva construção do monumento, Ana Frega (1995/1997, p. 127) observa que, à parte a falta de recursos e outros contratempos, pode-se tomá-la como indicativo de que foi preciso um tempo para conseguir unanimidade em torno da figura de Artigas, sobre quem pesava ainda a imagem de bandoleiro, que na sua época atemorizara as classes dirigentes, e cuja fama se estenderia ainda até o final do século XIX.

Vários outros monumentos além da estátua equestre de Artigas foram edificados em Montevideu, entre fins do século XIX e o início do século XX, no intuito de dotar a cidade e o país de “*lugares de identificación y de culto*” (FREGA, 1995/1997, p. 125) capazes de propiciar a identidade coletiva almejada pela nacionalidade em construção. Conforme lembrou Ana Frega (1995/1997, p. 128), era como uma espécie de conversão do patriotismo em “religião laica”, referindo-se à expressão de Eric Hobsbawm e exemplificando com as palavras de um dos envolvidos no processo, o poeta Zorrilla de San Martín: “... *tratamos de la erección de un altar cívico*”.

A observação faz lembrar os motivos que levaram Benedict Anderson a identificar a afinidade entre o imaginário nacionalista e o imaginário religioso. Aludindo ao declínio da fé no século iluminista, Anderson (2008) lembra que “o sofrimento que ela ajudava a apaziguar não desapareceu” e que a ideia de nação se mostrou adequada para fornecer a continuidade esperada diante da “desintegração do paraíso” (p. 36-38). Se considerarmos que no Uruguai o processo de secularização alcança seu nível mais alto nas últimas décadas dos oitocentos, depois uma paulatina caminhada que perpassa todo o século<sup>5</sup>, concluiremos que a tese da “religião laica” faz bastante sentido neste caso. Ainda que seja importante destacar a advertência que faz José Pedro Barrán, (1998, p. 15) ao afirmar que secularização não é sinônimo de irreligiosidade, é evidente que a supressão da Igreja de certos papéis sociais para serem ocupados pelo Estado facilitou o caminho para a implantação do culto à pátria e seus heróis. Este culto era fomentado conscientemente, como podemos perceber, mais uma vez, pelas palavras de Zorrilla de San Martín, (1930) que, em 1907, apresenta-o com ares de racionalidade: “... *la finalidad primordial de la historia de los pueblos no es otra que la formación del patriotismo, es decir, del sentimiento RACIONAL de amor a la patria y el culto de sus héroes*” (p. 18).

A história resgatada para “formar o patriotismo” deveria, pois, fincar suas bases num passado tão remoto quanto fosse possível, a fim de melhor legitimar a existência do Estado Nacional, ainda mais que a viabilidade do Uruguai continuava a ser debatida. No entanto, não bastava voltar o máximo na cronologia: era preciso levar ao passado a nação e o sentimento nacional tal como concebidos no final do século XIX. Identificar a nação pré-configurada antes dos movimentos revolucionários da década de 1810 foi a opção escolhida, e o que seguiu foi que as atitudes dos personagens dos movimentos de independência foram dotadas de caráter nacional ou patriótico. Fez-se com que os sujeitos históricos da segunda década do século XIX lutassem em nome de um Uruguai que muitos nem veriam existir. Despontou nesse período a posteriormente chamada “Tese Independentista Clássica”, tendo como seu principal expoente o historiador Francisco Bauzá, que, em 1880, publicou *História de la Dominación Española en el Uruguay* (SOUZA, 2008, p. 169).

Como se depreende do título do livro de Bauzá, para ele a nação uruguaia precedia as revoluções de independência.<sup>6</sup> Para os integrantes do grupo que sustentou a chamada “Tese Independentista Clássica”, entre os quais também figuram Juan Zorrilla de San Martín, Pablo Blanco Acevedo y Juan E. Pivel Devoto, entre outros, o Uruguai já estaria prefigurado desde os tempos da colônia ou desde os tempos da dominação indígena (BUCHBINDER, 1994, p. 35). Nesta perspectiva, Artigas e demais personagens da Banda Oriental da primeira metade do século XIX almejavam desde o princípio a independência absoluta para formar um país soberano.

Contrapondo-se a esta visão, historiadores como Eduardo Acevedo, Eugenio Petit Muñoz, Washington Reyes Abadie e Alberto Methol Ferré e, mais recentemente, Real de Azúa, defenderam uma postura “unionista” ou “dissidente”<sup>7</sup> destacando “*el carácter integracionista respecto a las Provincias Unidas de la acción de Artigas y de muchos de los personajes principales de la Banda Oriental de la primera mitad del siglo XIX*” (BUCHBINDER, 1994, p. 39).

Comparando as contestações feitas no Uruguai à historiografia que considerou a ideia de nação pré-existente ao Estado com o questionamento ao mesmo tipo de tese sustentada na Argentina, Pablo Buchbinder (1994, p. 38) afirma que, entre os uruguaios, a discordância foi bem mais significativa. José Carlos Chiaramonte, responsável por recolocar o problema da origem da nação na historiografia argentina, conta com menos antecedentes historiográficos que Real de Azúa entre os uruguaios (BUCHBINDER, 1994, p. 41)<sup>8</sup>. Todavia, apesar disso, no final do século XIX e durante a maior parte do século XX, a visão predominante na historiografia uruguaia foi aquela caracterizada como “independentista clássica”, e a maioria dos trabalhos historiográficos surgidos neste período se perfilou com sua ideia central, mesmo quando o tema principal não foi o da origem da nação.

Não é difícil perceber que, no momento em que se construía o panteão dos heróis do Uruguai nas três últimas décadas do século XIX, a situação não era nada favorável para o resgate de figuras como Larrañaga. Heróis com cavalo e espada se enquadravam melhor no modelo de passado glorioso almejado pelas construções nacionais do que heróis de batina, principalmente no caso do Uruguai, onde o processo de secularização se encontrava bastante avançado no fim daquele século, conforme afirmado anteriormente. Além do mais, como transformar em herói aquele que havia aceitado a anexação a Portugal se a alteridade construída se fazia justamente com relação ao Brasil e aos brasileiros, cuja presença naquele território se deu como continuidade da invasão portuguesa? Como conduzir ao panteão tal personagem se a fundação nacional se assenta na “Cruzada Libertadora” desferida contra o domínio do Brasil em 1825, uma fundação que tem como ícone o quadro de Blanes que representa justamente o momento em que “*los 33 orientales*” juram “liberar o solo oriental do domínio brasileiro ou morrer na tentativa” (IRIGOYEN, 2000, apud SOUZA, 2008, p.176)?

Todavia, quando Artigas começa a ser resgatado - de vilão é transformado em pai da nacionalidade -, e as ações tomadas em seu governo passam a ser exaltadas, Larrañaga aparece ao seu lado em muitas delas, como na resistência frente o centralismo bonaerense na Assembleia do ano XIII e na fundação da Biblioteca Pública, em 1816. A favor dele contava ainda sua importante atuação como estudioso da História Natural e seu protagonismo como autoridade máxima da Igreja na região.



## El padre Dámaso Antonio Larrañaga: apuntes para su biografía / Camusso / 1922

A obra de Camusso surgiu um ano antes da inauguração do monumento equestre de Artigas na Praça da Independência, em Montevideu. Esta biografia foi precedida por vários outros esboços biográficos de Larrañaga, sendo que os primeiros deles surgiram ainda em 1848, no ano de sua morte. No entanto, foi a partir da década de 1920 que os estudos a seu respeito ganharam impulso. Além do aparecimento do livro de Camusso, esta década também presenciou a publicação dos escritos de Larrañaga pelo Instituto Histórico e Geográfico do Uruguai, entre outros trabalhos.

Ressurgido o personagem, era preciso reabilitá-lo no que dizia respeito à invasão portuguesa. Frente ao problema da nação pré-configurada desde antes da independência, tese esta predominante, era preciso “explicar” a conduta do personagem com os portugueses. O “patriotismo” de Larrañaga ao longo da vida precisava ser ressaltado a ponto de minimizar a repercussão do apoio ao invasor e, assim mesmo, esse apoio deveria ser interpretado de maneira que não significasse o abandono da “pátria”, mas, sim, uma solução provisória, inevitável.

Já no prólogo do livro de Camusso, escrito por Raúl Montero Bustamante, vem à tona o problema da aceitação da invasão portuguesa em 1817 e do voto de Larrañaga favorável à incorporação da Província ao Reino de Portugal, em 1821. Entretanto, antes de abordar diretamente estas questões, Bustamante (1922) apresenta Larrañaga como “exemplo perene” de patriota, de un patriotismo que “*él sintió y practicó con fe y perseverancia, y que no es el primitivo y áspero sentimiento de amor a la tierra nativa y de hostilidad y agresión al extranjero*” (p. XI), um patriotismo que seria “universal” e “racional”. Estas características teriam tornado possível sua colaboração com o invasor na certeza de que contribuía, desta forma, para a nação que voltaria a despertar no futuro: “*El patriotismo de Larrañaga no fué otra cosa que una fe inmarcesible en el porvenir de la Provincia Oriental, cualquiera fuera el transitorio señor que sujetara su genial instinto nacional*”(p. XII).

Está claro que, no entendimento de Bustamante, a ideia de nação já se encontra ali ao menos desde os primeiros momentos revolucionários. O período da dominação portuguesa e brasileira é caracterizado como sendo um momento em que a “nação” adormece para despertar logo adiante, voltando com ela os verdadeiros patriotas que finalmente podem empenhar todas suas energias em seu fortalecimento:

*Pero cuando la nación oriental recobró su independencia, y se organizó como Estado Soberano, ¡ Con qué amor, con qué ternura, con que inefable alegría Larrañaga, desde su chacra del Miguelete, tiende sus ojos, ya casi sin luz, sobre la ciudad nativa y sobre los verdes campos ondulados donde la raza oriental crecería al fin libre, virtuosa y fuerte. ¡ Con qué dignidad [...] él, que había vivido bajo tantos distintos regímenes, organiza la Iglesia Nacional y la dota con sus atributos esenciales* (BUSTAMANTE, 1922, p. XII).

Percebe-se no parágrafo acima que o prólogo adota um tom reverencial com relação ao biografado e, neste sentido, antecipa com certo exagero o tom empregado no corpo da obra. Bustamante arrola adjetivos num teor que mais se assemelha ao prefácio de um pedido de canonização do que à apresentação de um personagem histórico: “*sacerdote celoso e ejemplar*”, um cura “*movido por las virtudes esenciales, que hizo de la abnegación y del sacrificio sus constantes compañeros*”, um pastor “*vigilante de su grey, el teólogo consumado, el profundo canonista, el sábio moralista, el maestro de ciencias divinas e humanas*”(p. IX). Não lhe escapa, inclusive, uma comparação com São Francisco: “*... buen pastor, buen padre, buen amigo, dulce y sereno como el santo de Asís, y, como él, hermano de los hombres, de las fieras, de los pájaros y de las flores*” (p. XIV).

Seguindo essa linha, ainda que mais moderada na adjetivação positiva, a obra de Rafael Algorta Camusso pode ser caracterizada como um exemplo clássico do que se costuma chamar de biografia tradicional de “viés apologético” (SCHMIDT, 2000, p. 55) que procura apresentar o biografado como modelo de conduta a ser seguido, no caso específico, o modelo de “patriota” a ser imitado. Para tal perspectiva, é preciso não apenas ressaltar os grandes feitos do personagem como também ordená-los de forma que ganhem coerência. Aliás, soam apropriadas as palavras do autor do prólogo ao afirmar que a biografia traz a vida de Larrañaga “*reajustada en todos sus detalles por Algorta*” (BUSTAMANTE, 1922, p. VIII).

Tal enfoque traz consigo as “armadilhas de uma coerência construída *a posteriori*” (SCHMIDT, 2000, p. 60), entre elas a tendência a se eliminar da vida dos sujeitos históricos as incertezas às quais estiveram expostos e as possibilidades que deixaram escapar (LORIGA, 1998, p. 246-247). No caso de Camusso, a coerência pretendida leva em conta a ideia de nação, de pátria uruguaia, como presença constante na vida de Larrañaga.<sup>9</sup> Desta forma, no decorrer do texto, todas as suas atitudes, desde o início, convergem para o engrandecimento da terra que posteriormente seria o Uruguai:

*Salta a vista en estos párrafos [Refere-se a certos parágrafos do diário de Larrañaga de 1815 no quais ele narra o episódio em que instruiu habitantes da campanha na negociação de couros com um comerciante inglês] la preocupación constante de Larrañaga de ser útil a sus conciudadanos, de cuidar, de instruir y dirigir a la gente de campo en la que él, adelantando-se en esto en todo más de un siglo, veía la semiente de una patria grande y respetada por los extranjeros*” (CAMUSSO, 1922, p. 51).

Apesar de comentar a instalação do primeiro Governo do Uruguai depois do acordo de 1828 referindo-se ao período como “*... los primeros momentos de la nación que nace*” (p. 105), Camusso (1922) se refere a Artigas denominando-o “*fundador da nacionalidad uruguaya*” (p. 99) e, quando se refere ao período artiguista, adota a expressão “*los años de la Patria*”, que também dá nome a sub-



capítulo específico. Neste sentido, coaduna com a “Tese Independentista Clássica” considerando que Artigas queria a independência absoluta: “... *Artigas decía que eran tierras autónomas, que no dependían de nadie!*” (p. 83). Ao longo da biografia não faltaram referências a Francisco Bauzá e Zorrilla de San Martín – com sua “*incomparable 'Epopeya de Artigas'*” (p. 36-37) -, dois dos principais expoentes da tese independentista.

O “patriota” Larrañaga também compartilharia da ideia de independência atribuída a Artigas: “*En los ' años de la Patria', pues, veremos al Padre Larrañaga luchando y sufriendo por ese ideal tan caro à sua alma de patriota: el Uruguay Independiente ...*”(CAMUSSO, 1922, p. 30). Nesta perspectiva, torna-se mais complexo, porém fundamental para não macular o “patriotismo” de Larrañaga, justificar seu apoio aos portugueses, ante o qual Camusso não esconde certo desapontamento:

Confieso con toda lealtad que para mí hubiese sido mucho más agradable presentar a Larrañaga en la más cruda oposición a todo lo que no fuera Artigas; pero, con la misma sinceridad declaro que estudiadas y pesadas las circunstancias de tiempo y de lugar, no pierde un sólo matiz de su egregia figura de patricio por el echo de haber aceptado el gobierno invasor. En ese acontecimiento como en tantos otros, Larrañaga fue el ciudadano que supo reflexionar serenamente y reprimir sus sentimientos personales, para decidir-se por lo que creyera más útil para su Patria (CAMUSSO, p. 1922, p. 83).

Para Camusso, apesar de Larrañaga, o *Cabildo* e a “cidade” compartilharem da mesma ideia de Artigas sobre a independência da Banda Oriental, diante da retirada das tropas do General para a campanha, deixando Montevideú desguarnecida, não lhes teria restado alternativa senão a de aceitar a entrada dos portugueses. A atitude de Larrañaga teria sido, portanto, a melhor escolha para a “Pátria” entre aquelas possíveis: “*Aceptó la dominación de Portugal como se acepta entre dos males el menor...*”(p.83). Mesmo sob governo português, teria trabalhado em prol do Uruguai que surgiria ali adiante:

Y ya veremos al correr de estas líneas que no estuvo inactivo durante los años de la dominación portuguesa y que en ella consiguió ventajas y mejoras no para su provecho sino para el del Uruguay que aún hoy disfruta de ellas (CAMUSSO, 1922, P. 84).

Eis aí mais um exemplo da atitude do personagem ajustada de maneira a convergir com a nação do futuro.

No caso da frase citada no início deste artigo - “*Dios, representado por la cruz, y la Patria Uruguaya, cuyo símbolo es el Cerro.*” - feita para interpretar o brasão de Larrañaga como símbolo do que teriam sido as duas grandes paixões de sua vida, ao falar da paixão de Larrañaga pela “pátria uruguaia” Camusso incorre no anacronismo de transportar à primeira metade do século XIX a “pátria” como a tem concebida no século XX. Mesmo que admitíssemos o sentido de “pátria” empregado,

como válido a partir do momento imediato dos movimentos de independência, ou então para 1828 em diante, ainda assim restaria duvidosa a afirmativa de que se tratara de uma das grandes paixões da vida de Larrañaga, uma vez que, naquele momento, chegando aos 40 anos, ele já entrava na segunda metade da sua vida e muita coisa já teria acontecido sem a “pátria uruguaia”. Algo bem diferente seria apontarmos a obstinação do cura pela sua terra e pela sua gente, que neste caso poderíamos nos referir a Montevideu ou talvez à Banda Oriental e seus habitantes, sem fazer, no entanto, qualquer vinculação à ideia de uma nacionalidade que seria criada *a posteriori*. É discutível também se a figura do Cerro presente no Brasão simbolizaria, naquele contexto, a Banda Oriental, ou se tratava apenas de uma referência a Montevideu, local de nascimento de Larrañaga.

### Dámaso Antonio Larrañaga: su vida y su época /Favaro / 1950

A biografia de Larrañaga escrita por Edmundo Favaro e publicada em 1950 foi vencedora de um concurso promovido pela *Universidad de la República*, universidade esta que teve sua origem num projeto “*relativo a los estudios publicos y universales*” (CASTELLANOS, 1952, p. 82), apresentado por Larrañaga ao Senado em 1832. A convocatória para inscrição dos trabalhos no concurso foi feita pela “*Comisión Universitaria de Homenaje a Larrañaga*”, em 1948, ano em que se completava o centenário de sua morte, com o seguinte propósito: “... *reunir en un mismo trabajo la selección de la obra de Larrañaga que revela su superior mentalidad, precedida de un estudio biográfico*” (FAVARO, 1950, p. XV).

Nesta época, em meados do século XX, Artigas já ocupava o posto de herói máximo do Uruguai e estava em vigor uma lei de 1944 que criou o “*Archivo Artigas*”, estabelecendo em seu primeiro artigo a seguinte determinação:

Procédase a la compilación y publicación de todos los documentos históricos que puedan reunirse en original o copia, relacionados con la vida pública y privada de Artigas, Fundador de la Nacionalidad Oriental y Prócer de la Democracia Americana” (COMISIÓN NACIONAL ARCHIVO ARTIGAS, 1951, p. 2).

Pesquisadores foram enviados aos arquivos, inclusive no exterior, para compilar documentos, resultando na publicação de 37 tomos entre os anos de 1950 e 2009. Esta lei evidencia o interesse por parte dos órgãos públicos no fortalecimento da memória do “fundador da nacionalidade” e, por conseguinte, a importância que o período artiguista ganhava na “história nacional”. Digo isto para ressaltar novamente a presença de Larrañaga junto aos apoiadores de Artigas, entre 1811 e 1816, e a inevitável visibilidade que por isso ganhava seu vulto histórico, visibilidade esta suscitada mais ainda ao longo da primeira metade do século XX pela publicação de seus escritos e por iniciativas partidas de instituições às quais seu nome estava vinculado, caso este do concurso promovido pela *Universidad de la República*.

O que surpreende na obra de Favaro, vencedora do concurso, é o fato de apresentar um ponto de vista bem mais crítico com relação ao personagem do que o texto de Camusso, impresso 28 anos antes. Levando-se em conta que se tratava de um concurso que entre seus fins queria revelar a "*superior mentalidad*" de Larrañaga, talvez pudéssemos esperar da obra vencedora algo próximo ao discurso laudatório de Camusso e Bustamante (autor do prólogo) de 1922. Apesar de que num balanço final da biografia revela-se um "*gran hombre*", com uma "*obra monumental*" (FAVARO, 1950, p. 102) de sábio, o texto é permeado de questionamento às atitudes do sacerdote.

Temos um exemplo quando Favaro trata do casamento de uma irmã de Larrañaga com Pedro Francisco Berro, em 1798, e afirma que o biografado teria passado por cima da rejeição de seus pais ao pretendente e organizado um casamento secreto em seu próprio quarto, em Montevidéu, dando início a "*una amistad muy íntima entre Berro y Larrañaga*" (1950, p. 23) a qual teria feito com que dali em diante Berro não desperdiçasse oportunidades de indicar o sacerdote para cargos que pudessem interessá-lo, especialmente os de representação política. Em outro trecho da biografia, Favaro reforça que Larrañaga, humilde de berço, alcançou o sacerdócio "*apoyado por manos generosas*" (p. 71), entre as quais estariam as de Artigas e as de outras autoridades eclesiásticas "amigas" do biografado. Todavia, é quando o período dos domínios português e brasileiro é abordado que as críticas se recrudesçam, como mostrarei mais adiante. Neste momento quero trazer a discussão para a questão do posicionamento do biógrafo frente à ideia de "nação", tal como feito anteriormente com relação à obra de Camusso.

A identificação de Favaro com uma das tendências historiográficas referidas anteriormente – unionista ou independentista – é tarefa bem mais controversa que no caso de Camusso, a começar pela análise da bibliografia que cita obras de autores vinculados a ambas as tendências, embora com maiores referências a nomes expoentes da tese independentista, como Pablo Blanco Acevedo e Francisco Bauzá. Apesar de se referir a Artigas como "*lider de la libertad de su Patria*" (p.70), Favaro parece não atribuir ao General a ideia de independência absoluta, pois quando escreve sobre o período artiguista utiliza-se de subtítulos como "*Política Provincial*", "*La Yglesia en la Provincia Oriental*" e "*Labor social en la Provincia*" (p. 46, 51, 63). Recordemos o subtítulo de Camusso para identificar o mesmo período: "*los años de la Patria*". Favaro parece mais inclinado a considerar que Artigas, ao buscar a "*libertad de su Patria*", buscava, na verdade, a autonomia provincial com relação ao centralismo de Buenos Aires:

Una aurora de paz y bienestar se abría para la Banda Oriental en momentos de asumir su autonomía provincial. La hegemonía de la provincia sobre las del litoral, parecía reducir a Buenos Aires, obligándola a renunciar a su predominio autoritario (p. 46).

Quanto ao nascimento da nação, afirma que se daria “apenas” em 1828, junto à criação do Estado: “*El tratado preliminar de Paz, que habría de traer, como feliz solución el nacimiento de una nueva nación...*”. Entretanto, a reprovação de Favaro ao comportamento de Larrañaga durante o domínio português, e depois brasileiro, pode sugerir que ele considera a existência de um sentimento de nacionalidade antes mesmo da data em que elegeu como início da nação:

Este año de 1823, en que la autoridad comunal había de legar a la historia una hermosa página de rebeldía y de espíritu independiente, es en la vida de Larrañaga uno de los más oscuros. Mientras los patriotas luchaban, animados por los Caballeros Orientales en obtener la liberación de la Provincia, Larrañaga hacía desesperados esfuerzos por mantenerla sujeta al dominio brasileño”(FAVARO, 1950, p. 81).

Por outro lado, outras passagens do texto mostram que Favaro (1950) desaprova a posição de Larrañaga principalmente em função da incoerência que representou seu apoio às monarquias portuguesa e brasileira em relação à sua atuação no período artiguista, a qual o credenciara como “*hombre liberal y muy superior a su tiempo*” (p. 69). Procurando explicações para o que chama de “*brusco golpe de timón*” (p. 72), o biógrafo lembra a ascendência lusitana de Larrañaga (seu avô materno era português), fato que talvez tornasse o invasor menos estranho aos olhos do sacerdote. Ainda assim, como aceitar que um homem que havia formado “*una cultura excepcional*”, que fora educado junto com “*aquelles admiradores de la grandeza de la Revolución Francesa*” (p.72) apoiasse uma monarquia? Como aceitar que este homem, apenas um ano depois de expressar suas ideias liberais no discurso de inauguração da Biblioteca Pública de Montevideu (1816), fosse visto no Rio de Janeiro pleiteando junto aos ministros de D. João VI uma audiência particular para beijar as mãos de Sua Majestade (p. 76)? Favaro torna explícitos estes contrastes ironizando a forma como Larrañaga e Jerónimo Pio Bianqui haveriam de se apresentar perante o Rei de Portugal no Rio de Janeiro em 1817 - na ocasião em que solicitariam a união da Província ao Reino Português – “*haciendo ostentoso alarde de los títulos y empleos de estós, de acuerdo a la modalidad de la nación dominadora*” (p.74). Citando partes do texto em que o *Cabildo* de Montevideu instruía os deputados Larrañaga e Bianqui em sua missão junto ao monarca português, Favaro mostra que o sacerdote era apresentado com os seguintes títulos:

Señor Cura Rector, y Juez Eclesiástico de la Iglesia Matriz de Montevideo, Vicario General, y comisario de la Santa Cruzada en las otras provincias de esta Banda Oriental de Paraná capellán mayor castrense, y director de la Biblioteca Publica de esta ciudad Doctor Dámaso Antonio Larrañaga (FAVARO, 1950, p. 74).

Com a mesma ironia Favaro cita trecho de carta enviada pelos deputados ao *Cabildo* de Montevideu no qual eles manifestavam satisfação por terem sido tratados no Rio de Janeiro como se fossem embaixadores de uma poderosa nação, e, logo depois, cita parte de um informe do representante da França junto a D. João VI censurando a recepção feita aos enviados de Montevideu:

Yo mismo he querido ver en el palacio, con mis propios ojos, a los diputados de Montevideo y los vi con indignación gozando de la entrada de la única antesala destinada a las personas notables por su nacimiento y por sus empleos. Es así que se acogen en el Palacio Real, con distinción, a infames traidores... (FAVARO, 1950, p.77 – Grifo meu).

A ênfase empregada pelo biógrafo em demonstrar o protagonismo de Larrañaga na aceitação do invasor parece ter despertado preocupação no responsável pelo prólogo da obra, Ariosto D. González, o qual, não obstante os elogios que destina à biografia, faz uma ressalva quanto ao capítulo em que é analisada a dominação portuguesa. Talvez imaginando que a apreciação de Favaro sobre o período pudesse macular a imagem de Larrañaga na “história nacional”, González manifesta sua discordância com o autor e cita Luis Melian Lafinur, afirmando, entre outras coisas: *“Está bien documentado que no eran desgraciados cortesanos los patriotas que al aceptar la monarquía lo hacían en la seguridad de que ella iba a ser efímera en tierra uruguaya”* (LAFINUR, 1915, apud GONZÁLEZ, 1950, p. XIII). González acrescenta ainda que Larrañaga teria muitos *“bienes espirituales”* a seu cuidado para arriscá-los num arrebatamento de heroísmo, e finaliza seu comentário sobre o assunto atestando que *“La mansedumbre del desimulo puede ser, también, una forma eficaz de lucha subterránea cuando están vedados los otros caminos de reacción”* (1950, p. XIII) .

É preciso registrar que as críticas de Favaro, embora vigorosas, se fazem acompanhar também por algumas ressalvas, por exemplo, no caso da atuação de Larrañaga no Congresso Cisplatino de 1821: *“Su actuación en el Congreso Cisplatino, fuera del aspecto aportuguesado, se caracterizó por la vigorosa y triunfante defensa de los derechos de la Provincia y de las libertades de sus pobladores”* (1950, p. 80). Porém, ao menos neste caso, o comportamento positivo de Larrañaga para com sua terra e seus habitantes não parece estar sendo atribuído a qualquer sentimento de nacionalidade plantado a partir de uma nação futura.

Já no prólogo de González, o cuidado em justificar as atitudes dos sujeitos históricos em função da nação uruguaia que surgiria no futuro é bastante manifesto. Aliás, o texto evidencia em mais de uma referência, a intenção de ressaltar a condição “uruguaia” de Larrañaga. Há inclusive uma nota de rodapé, que ocupa mais de metade de uma página, destinada a esclarecer que ele deve ser considerado uruguaio e não argentino tal como fora veiculado num livro de Guillermino Furlong de 1948 – o qual, a propósito, tem o peculiar título anacrônico de *Naturalistas Argentinos durante la dominación hispánica* (GONZÁLEZ, 1950, p. X).

Voltando ao texto de Favaro, é pertinente perguntar se, ao censurar a atitude de Larrañaga quando defendeu o pertencimento da Banda Oriental ao Brasil, ele não estaria sugerindo que haveria apenas uma opção “correta” a ser incorporada

pelos sujeitos históricos: a independência. Tal pensamento não implicaria também na ideia de nação pré-configurada? A independência, como “fato”, é algo que pertence ao futuro de tais sujeitos. Naquele momento ela era apenas uma entre outras possibilidades para a Província, ou então, para a cidade de Montevideu, já que nem todas as alternativas levavam em conta o território do atual Uruguai. Entre outras soluções cogitadas no período de dominação luso-brasileira, incluía-se também a união com as Províncias Unidas, uma aliança com as províncias do litoral, a incorporação ao Brasil, ou, até mesmo, a transformação de Montevideu em protetorado Britânico.<sup>10</sup> O desfecho ocorrido em 1828, em que pese ser o que de fato ocorreu, não representava necessariamente a vontade de todos os habitantes da Banda Oriental (FREGA, 2005, p. 44).

Apesar das críticas comentadas acima, no restante da biografia Favaro procura demonstrar que o prestígio do sacerdote não depende de seu posicionamento político no momento da dominação luso-brasileira, mas, sim, de sua atuação no terreno das ideias científicas e culturais. Nesse campo, o personagem teria deixado uma herança “*intangible*”, gravada na “*alma de sus conciudadanos, a quienes inculcó el afán del estudio, y las ansias de superación en el campo de la ciencia y en todas las actividades productivas*” (FAVARO, 1950, p. 102). Dessa forma, a biografia de Favaro reclama para Larrañaga um lugar entre os grandes na história de seu país, o que fica explícito nos dois últimos parágrafos:

Esculpíó Larrañaga su propio monumento recordatorio, no en el mármol, la piedra o el bronce, sino en la tradición de cultura que legó a su país. Cuando contemplamos las casas de estudio, Universidades, Liceos, Escuelas y Bibliotecas, nos encontramos ante la monumental obra del sabio y sin saberlo le rendimos el mayor homenaje a que se hizo acreedor aquel gran hombre (FAVARO, 1950, p. 102).

## Considerações finais

As duas biografias analisadas, apesar de trazerem importantes contribuições ao estudo da trajetória de Dámaso Antonio Larrañaga, equivocaram-se em muitos aspectos, alguns dos quais procurei analisar neste artigo. Mesmo que nenhuma delas tenha tratado diretamente da ideia de “nação”, não lhes foi possível escapar às influências de um contexto histórico em que vigorava a preocupação em dotar o Uruguai de um “passado nacional”.

O caso mais revelador, neste sentido, é o da obra de Camusso (1922), que, ao conceber Larrañaga enquanto alguém empenhado na defesa de uma nacionalidade uruguaia – “*...siempre se le encontró allí donde el deber de su cargo y de su nacionalidad le llamaron*” (p. 83) –, não poupou esforços para sintonizar suas atitudes com a defesa da nação. Nação que, seguindo os argumentos da tese independentista, julgou presente desde o início da revolução na Banda Oriental.

A obra de Favaro, embora situe o surgimento da nação um pouco mais



adiante, em 1828, não deixa de cometer anacronismo ao julgá-la pronta naquele ano e não como uma construção posterior. Também equivoca-se ao não considerar como legítimas outras opções disponíveis aos sujeitos históricos além daquela que triunfaria com a independência do Uruguai, em 1828.

O principal problema resultante do uso de termos como “nação” e “pátria” consiste em adotar estes termos na análise da história da primeira metade do século XIX, atribuindo-lhes os mesmos significados que viriam a ter no futuro. Evitar este tipo de equívoco não significa ignorar o uso destes termos por parte dos personagens históricos, mas, sim, buscar a maior aproximação possível com o sentido que lhes foi atribuído em cada contexto.

É preciso, ainda, como observa José Carlos Chiaramonte (1993), tomar cuidado para não conceber a formação da nacionalidade apenas como construção do Estado e esquecer as “lutas, conflitos e conciliações” que lhe deram origem. É necessário conceber a formação da nação também “*como fruto de acuerdos políticos, tan vivos, y recurrentes en todos los nuevos países hispano-americanos*” (CHIARAMONTE, 1993, p. 57). Mas se, ao fim de diversos acordos, o resultado foi uma nova nação, não significa que o objetivo inicial fosse exatamente este. Portanto, o resultado poderia ter sido bem diferente.

## Bibliografia

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BARRÁN, José Pedro. *La espiritualización de la riqueza: catolicismo y economía en Uruguay, 1730-1900*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1998.
- BUCHBINDER, Pablo. La Historiografía rioplatense y el problema de las orígenes de la nación. *Cuadernos del CLAEH*, Montevideo, año 19, n. 69, p. 29-47, 1º semestre de 1994.
- BUSTAMANTE, Raúl Montero. Prólogo. In: CAMUSSO, Rafael Argota. *El padre Dámaso Antonio Larrañaga: Apuntes para su Biografía*. Montevideo: Talleres Gráficos A.Barreiro y Ramos, 1922. p. VI-XV.
- CAMUSSO, Rafael Argota. *El padre Dámaso Antonio Larrañaga: apuntes para su biografía*. Montevideo: Talleres Gráficos A.Barreiro y Ramos, 1922.
- CASTELLANOS, Alfredo. *Contribución al estudio de las ideas del Pbro. Dámaso Antonio Larrañaga*. (Apartado de la Revista Historica. Tomo XVII). Montevideo: 1952.
- CHIARAMONTE, José Carlos. El problema de los orígenes de los estados hispanoamericanos en la historiografía reciente y el caso del Río de la Plata. Porto Alegre: *Anos 90*, vol. 1, n. 1, maio 1993 (PPG em História da UFRGS).
- COMISIÓN NACIONAL ARCHIVO ARTIGAS. *Archivo Artigas*. Tomo I. Montevideo: Impresores A. Monteverde & Cia, 1951.
- FAVARO, Edmundo. *Dámaso Antonio Larrañaga: su vida y su época*. Montevideo: Res. S. A., 1950.
- FREGA, Ana. La Construcción Monumental de un Héroe. *Humanas*, Porto Alegre, v. 18, n. 1/2, p. 121-149, jan/dez de 1995, publicado em 1997.
- \_\_\_\_\_. La Formación del Estado Uruguayo. *RILA: Revista de Integração Latino-Americana*, Santa Maria, ano 2, n.1, p. 23-45, 2005.
- GONZÁLEZ, Ariosto D. Prólogo. FAVARO, Edmundo. *Dámaso Antonio Larrañaga: su vida y su época*. Montevideo: Res. S. A., 1950. p. VII-XIII.
- GUERRA, François-Xavier. A nação na América espanhola: a questão das origens. *Revista Maracanan*,

Rio de Janeiro, ano 1, n.1, p. 9-30, 1999/2000.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques. Micro análise e construção do social. In: REVEL, Jacques. *Jogos de Escalas*. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p.225-249.

PALTI, Elias. Apéndice. Los relatos de la nacionalidad en América Latina: acerca de la construcción política de la nación. In: \_\_\_\_\_ *La nación como problema*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2002. p. 131-146.

PIAZZA, Eduardo. Caminos Heroicos y Caminos de la Nación. In: DEMASI, Carlos y PIAZZA, Eduardo (Coord.). *Los Héroes Fundadores: perspectivas desde el siglo XXI*. Montevideo: CEIU, Universidad de la República, 2006. p. 55-71.

SCHMIDT, Benito. Luz e papel, realidade e imaginação: as biografias na história, no jornalismo, na literatura e no cinema. In: \_\_\_\_\_ *O Biográfico: perspectivas interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000. p.49-70.

SOUZA, Susana Bleil de. O pincel e a pena na construção da Nação: pintando e narrando um mito político fundacional. *CAHIERS ALHIM* - Université de Paris 8/Saint Denis, nº.15, 2008.

THIESSE, Anne-Marie. Ficções Criadoras: as Identidades Nacionais. *Anos 90*. Porto Alegre, n.15, p. 7-23, 2001/2002.

ZORRILLA DE SAN MARTÍN, Juan. *La Epopeya de Artigas*. Tomo I. Montevideo: Imprenta Nacional Colorada, 1930.

## Notas

1 Este artigo é uma versão ampliada de um texto que apresentei na "III Reunião do Comitê Acadêmico História, Regiões e Fronteiras da Associação de Universidades do Grupo Montevideo" (Santa Maria, RS, 26 a 28 de abril de 2012), sob o título "Biografia e nação: o problema das dominações portuguesa e brasileira nas biografias de Dámaso Larrañaga (1771-1848)".

2 Doutorando em História na UFRGS. Bolsista da Capes. E-mail: [laurobidinoto@yahoo.com.br](mailto:laurobidinoto@yahoo.com.br)

3 A figura reproduzida encontra-se na biografia escrita por Rafael Algorta Camusso (1922, p. 129).

4 Conforme citação de Piazza (2006, p. 64-65).

5 Sobre o processo de secularização no Uruguai, consultar Barrán (1998).

6 "... curiosas nacionalidades, estas nacionalidades mudas", ironiza François-Xavier Guerra (1999/2000, p. 10).

7 Os nomes vinculados às correntes "independentista clássica" e "unionista" ou "dissidente" são citados por Buchbinder (1994, p. 38-39), o qual atribui a caracterização de ambas as correntes a Gerardo Caetano.

8 Sobre as diferenças e aproximações entre os trabalhos de Real de Azúa e José Carlos Chiaramonte, ver Buchbinder (1994, p. 45-47).

9 "En los mitos fundacionales de la nación, los héroes ocupan, como en casi cualquier narración, el lugar central. Pero en esta variante narrativa la peripecia del héroe contiene la de la nación, por lo que sus caminos suelen ser prácticamente indiscernibles" (PIAZZA, 2006, p. 59).

10 Sobre estas possibilidades, ver FREGA (2005, p. 33-34).